

■ Conversações no impasse: dilemas políticos do presente, parte 1¹⁸

.....Colectivo Situaciones¹⁹

Impasse: um tempo suspenso

Falamos de um impasse para caracterizar a situação política contemporânea. Imagem escorregadia e difícil de teorizar, porém muito presente nas diversas situações por que passamos. No entanto, o conceito que buscamos construir requer uma prática perceptiva que nos situe para além das representações utilizadas pela linguagem da política, do ensaio, da filosofia ou mesmo das ciências sociais. É uma sensibilidade que nos leve até esse tempo em suspenso, em que todo ato vacila, mas onde ocorre tudo aquilo que precisa ser repensado.

A noção de *impasse* destina-se a nomear uma realidade cujos signos não são evidentes e se propõe como chave de inteligibilidade da atmosfera em que vivemos. Para tanto, recorreremos a um conjunto de conversações orientadas a indagar que articulações discursivas, afetivas e de imaginação política habilitam a atividade *no* presente. Um presente que, como dissemos, revela-se como tempo *em suspenso*: entre a ironia do eterno retorno do mesmo e a preparação infinitesimal de uma variação histórica.

O *impasse* é, sobretudo, uma temporalidade ambígua, onde aparentemente se têm aprisionado as dinâmicas de criação que desde o início dos anos 90 animaram um crescente antagonismo social, cujo alcance pode ser verificado através da capacidade para destituir as principais engrenagens do neoliberalismo em boa parte do continente.

Dizemos que o impasse é *aparente* porque, como veremos adiante, não há certeza de que se tenha diluído de maneira absoluta a perspectiva antagonista, nem muito menos que se encontre paralisado o dinamismo coletivo. Pelo contrário, no *impasse* coexistem elementos de contrapoder e de hegemonia capitalista, segundo formas *promíscuas* difíceis de desentranhar. A ambiguidade se converte assim no traço decisivo dessa época e se manifesta em uma dupla dimensão: como tempo de crise que não possui um fim próximo; como cenário onde se superpõem

18 A parte 2 será publicada no próximo número.

19 Tradução do espanhol Vanessa Santos do Canto.

lógicas sociais heterogêneas, sem que nenhuma imponha seu reinado de maneira definitiva.

O certo é que a sensação segundo a qual a atividade política dos “de baixo” (tal como a conhecemos) estaria obstruída e como que adormecida, adquire incontáveis matizes quando concebemos a realidade latino-americana e de boa parte do Ocidente. A complexidade das situações que não cessam de mudar pelo influxo da crise global nos leva a considerar este *impasse* como um conceito aberto – talvez momentâneo, talvez duradouro – a todos os graus de intensidade e desvios possíveis.

Não faz muito tempo que se apelou para a ideia de *transição* para caracterizar os períodos onde elementos díspares ou contraditórios coexistem. De acordo com esta perspectiva, a convivência resulta sempre momentânea e a heterogeneidade tende a se ordenar a partir de um sentido histórico que lhe outorga orientação, distinguindo as características “do passado” (que não chegou a morrer) daquelas que renunciavam um futuro (que, no entanto, não chegou a nascer). Em suma, podiam ser detectados no interior desta dialética histórica de previsível resolução movimentos de refluxo ou de dobra, que atrasavam e influíam no resultado esperado. Assim, primeiro funcionaram as diferentes experiências de transição para o socialismo e logo a denominada “transição para a democracia”.

No *impasse*, pelo contrário, o tempo transcorre sem confiança no progressismo e insensível a toda totalização. A *suspensão* corresponde a uma sensação de detenção/inapreensão do tempo, a incapacidade de se agarrar aos possíveis de uma época cercada por todo o tipo de perguntas. É um tempo dirigido por uma dialética sem fim. Porém, uma vez que se rechaça o argumento de que assistimos a um novo *fim da história* (como se pronunciava faz pouco mais de uma década), expande-se um estado de espírito onde se vive o *esgotamento do sentido histórico* com um glorioso renascer do *já-vivido*.

Sob que aspecto falamos de esgotamento histórico? Ambas as possibilidades parecem se multiplicar ao infinito, porém o *sentido da ação* se torna incompreensível, se dissipa. A possibilidade da abertura (a abertura da possibilidade), essa tentativa de pergunta *absoluta* (uma espécie de *e por que não?*), converte-se, no tempo do *impasse*, em dinâmica asfíxiante.

Finalmente, a que nos referimos com um retorno do *já-vivido*? A uma economia fantasmática que faz com que o atual se torne memória, de tal maneira que o passado retorna como pura recordação, homenagem ou comemoração. Este *retorno do mesmo* como recordação se dá como *um fechamento* ante uma pergunta que *abriu um tempo novo* e, no entanto, acabou desfigurada. Desfigurada porque

se quis fechá-la nas respostas históricas do que já foi pensado, neutralizando-a como espaço de problematização. E, ainda assim, persiste latente ou adiada como tensão não resolvida. Desta maneira, no *impasse* se configura um jogo incessante de frustrações e expectativas.

Sensibilidade e situação

O *impasse* é também impossibilidade (ou esterilidade) de toda tentativa de armar um “quadro de situação” acabado, concebido desde uma perspectiva panorâmica definitiva. Ao invés de rechaçar a bibliografia – necessária e urgente – sobre a crise econômica global e a consumação da máquina do poder no ocidente pós-moderno, advertimos sobre a necessidade de articular essas investigações com uma forma de sensibilidade capaz de desenvolver conceitos a partir das situações que atravessamos. Conceitos que, de outro modo, tendem a se tornar autônomos no espaço da racionalidade puramente lógica onde burilamos as representações abstratas.

Mais do que nunca, então, precisamos das situações não apenas como chaves conceituais da articulação entre pensamento e prática, senão também como realidade concreta em que a potência política se descobre, inicia-se e nos leva além dos saberes. É nelas que também se desenrola o combate cotidiano contra os clichês, promovidos pelo *habitus* midiático e cálculos puramente utilitários. Despojados do alívio que esses clichês proporcionam, abre-se a possibilidade de encontrar uma incessante mobilidade social que esburaca de maneira intermitente os esforços de normalização, alimentando lutas em todos os níveis e atualizando as figuras que expressam o comum. O *impasse* que enfrentamos é então, antes de tudo, um desafio à imaginação teórica e para a sensibilidade de nossas práticas, e um convite a recriar, na base delas, uma nova gramática política.

Seguindo essas premissas, deparamo-nos com algumas intuições a meio caminho entre conceitos filosóficos e impressões dispersas: justamente um tipo de hibridação afetivo-conceitual em estado de alerta que será nosso “guia situacional” daqui em diante.

Uma dessas intuições é a existência de um mundo governado por poderes capazes de introduzir todo seu veneno abstrato dentro de nossos tecidos pensantes, perceptivos e sensoriais, duplicando a realidade como clichê ou codificação midiática. Não evocamos, frente a esta nova superstição, uma confiança nos supostos poderes desmistificados do sujeito: tal como um Descartes do pós-modernismo em crise, não nos encontramos no “penso, logo existo”, porém desconfiamos – temos que desconfiar – de seu outro: “sinto, logo existo”. Não podemos tampouco

nos apoiar no “desejo, logo existo”, nem naquela fórmula “existe o outro, logo existo” da intersubjetividade. Essas figuras críticas parecem igualmente fracassar diante da fórmula mais universal: “me midiático, logo existo”. Por isto, é desde os mal-estares identificáveis em cada um de nós – individual e coletivo – que podemos praticar a suspeita e a desobediência perante os múltiplos tratamentos que a “sociedade terapêutica²⁰” nos oferece para aliviá-los e gerenciá-los. O mal-estar que logra resistir a esta terapêutica midiática desautoriza, ao mesmo tempo, um dos mecanismos mais imponentes da governamentalidade no *impasse*.

Segunda intuição: Existe uma potência a se desenvolver a partir da própria prática de problematizar nossos mal-estares, desde uma perspectiva coletiva e autônoma, permitindo implementar iniciativas concretas frente a eles.

O *impasse* é normalização? Vemo-nos obrigados a responder: sim e não; porque o *impasse* é tempo suspenso no qual o espaço da crise e a exceção são tratados a partir de um *ethos* e de conhecimentos normalizadores, eles mesmos evidência de fundo obscuro e caótico que ameaça permanentemente. É esta ideia de crise como “modo de ser da multidão” – e os correspondentes sentimentos públicos como refere Paolo Virno²¹ – o que torna insuficientes os mecanismos de governo destas subjetividades. Materialidade da crise que se assemelha a uma rebelião que em si mesma não tem como devir revolução, mas que, ao mesmo tempo bloqueia, de maneira contínua, a restauração de uma ordem fundada em mera estabilidade. É esta “dupla dobra” que nos permite fundar a ideia de um *impasse* não somente na chamada excepcionalidade argentina (com suas crises recorrentes), senão em uma condição global que não pode ser pensada sem as devidas diferenças regionais.

A performatividade do capital

Apenas começamos a descrever o *impasse*, e notamos a ambiguidade das imagens que temos. A dificuldade que experimentamos para sustentar uma prática de *expressão autônoma* não nos lança simplesmente na mudez e no silêncio, nem nos condena a um ruído caótico permanente, mas nos coloca perante um pensar coletivo fragmentário que busca seus modos de tradução, compatibilidade e reconhecimento horizontal.

20 Ver *La sociedad terapéutica, Espai en Blanc*. Materiales para la subversión de la vida, Barcelona, 2007.

21 Paolo Virno expõe de maneira completamente atual, mesmo em nosso contexto, os modos de ser da multidão pós-fordista: “cinismo”, “oportunismo” e “curiosidade”. Ver *Ambivalencia de la multitud*, Tinta Limón, Buenos Aires, 2007.

O mesmo ocorre com a sensação da suspensão da atividade política autônoma: longe de diagnosticar uma passividade coletiva da ação – ou a captura de seu sentido – chocamo-nos com um tipo de mobilização laboral e existencial que produz um efeito de ocupação do tempo a partir da reposição da linguagem econômica (do consumo e do trabalho). Isto sabemos de sobra: trabalhar implica, cada vez mais, um notável esforço para acessar uma disponibilidade permanente e estandardizada, dada por um contínuo processo de autoformação e pela compreensão hierárquica de instruções que aparelham os corpos e as mentes de acordo com o código dominante: a valorização no mercado de trabalho, cada vez mais precário, que se desenvolve sob a exigência de produzir resultados parciais em um tempo regulado. Tal mobilização liga de modo íntimo a busca de certa normalidade, saudosa com uma amnésia a respeito dos usos políticos do tempo.

Contudo, a mobilização tem seu correlato de passividade. Não somente a atividade social genérica se converte em trabalho, consumo e obediência. Existe também uma imobilidade mais literal, ligada ao confinamento na vida doméstica e ao território mais imediato que devém gueto; uma adesão aos medos que segmentam a cidade em zonas, com seus acessos diferenciados, mais velozes e menos velozes, mais seguros e inseguros. A economia se constitui assim em um código que distribui e assinala os lugares na metrópole. Traça as fronteiras e estabelece mecanismos de controle, mais ou menos explícitos, para a vida que se desenrola em seus confins.

As numerosas e incessantes *fissuras* desta normalização (as vidas que não entram neste projeto, porém também os momentos fissurados de todas as vidas) são apresentadas como espaços de precariedade temporal. Uma fragilidade que se pretende conjurar e na qual o abismo do vazio funciona como chantagem que convoca à adaptação a si mesma. E, no entanto, essas inconsistências, que nos põem ao largo da ausência radical de sentido, evocam os dilemas mais agudos daquilo que Santiago López Petit chama “querer viver”: colocam-nos entre a morte (experiências extremas do medo, angústia, etc.) e o desafio às formas da própria normalização. A possibilidade de ocupar o *tempo* de outras formas constitui o reverso *monstruoso* da norma ao exibi-la em seu sem sentido. Um fundo de incerteza que não garante por si um horizonte político positivo, porém que exhibe a dupla face do *impasse*.

Não verificamos hoje uma identidade direta entre movimentos sociais e sentido político da maneira que se verificou nos anos em que as lutas empurraram a crise do neoliberalismo (embora esta dissociação não iniba desenvolvimentos ainda não discerníveis). Nossa preocupação por apresentar a questão do *impasse*

condição indispensável para incluir a realidade do mundo. Para recriar coletivamente as perguntas que nos levam a escutar, ou melhor, a ver de *outro modo*, explorando formas de percepção excluídas pela máquina mediatizadora.

Que tempo real, que experiências, marcam a noção de *impasse* entre nós? Um tempo no qual permanece irresoluta a relação entre possibilidade e ato, entre virtual e atual. O *impasse* não implica ausência de atividade, mas atividade nesse “entre” em que a constituição do sentido – que não preexiste – aparece travada. No *impasse* convive a abertura mais radical junto aos conteúdos mais decepcionantes. A figura do *impasse* descreve um estado de ânimo histórico. E nosso modo de nos situar nele se dá na *inquietação*.

Conquistar uma espontaneidade advertia Nietzsche, é buscar o mais difícil: a inquietação como terceiro termo entre a resignada passividade e o ativismo reativo que quer desatar a pacificação a que convida esta época (com sua economia fantasmática) e desativar a pura reação especular. Inquietude política, então, como ponto de partida de uma contraperformatividade e lugar de enunciação coletiva para novamente reconsiderar o modo em que se nos apresenta uma realidade polarizada, binária, simplificada.

Método *caprichoso*? O capricho é o mando político sobre as subjetividades. O que reivindicamos, em todo caso, é a capacidade de ampliar e multiplicar as zonas, regiões e modalidades do pensamento construtivo-político a partir das resistências mais cotidianas, aparentemente mais simples. Nossa própria trajetória fez com que em algum momento denominássemos *pesquisa militante* a este tipo de ocupação. Não se trata de uma conciliação indesejável que pode suportar a impostura entre a pesquisa acadêmica e militância política, mas de insistir em dar forma à questão ao *plus* de atividade, de afeto, de imaginação, que é a vida individual-coletiva. Dar forma pública (neste sentido, insistimos na palavra “política”) a esta “produtividade antiprodutivista” e inventar a partir do cotidiano, formas de reapropriação criativas capazes, por que não, de se tornar um “momento comunitário”.

Se fôssemos pensar o que seria a pesquisa militante no *impasse* diríamos que se trata do esforço em levar a fundo essa *arbitrariedade* que nos exige pensar o que incomoda no presente: desentranhar essa mescla de mal-estar e inquietação com que hoje vivemos a paixão política. Trata-se, então, de assumir(nos) enquanto seres singulares e coletivos ao mesmo tempo, ou seja, como “núcleos de verdade histórica” (no dizer de León Rozitchner): lugares de elaboração e verificação do sócio-histórico e, portanto, campos de disputa do poder e da política. Trata-se, em todo caso, de ampliar a investigação das experiências de vida que,

como dizíamos, existem em confronto com os problemas da época para, nesse confronto permanente, ir pescando – com uma vara de pescar – signos. Signos que vivem tanto no irrepresentável da situação “exterior” como no mais inquietante de nossas subjetividades “interiores”, e a partir dos quais nos abrimos a compreensão do que em cada situação insiste como *exigência*.

Governamentalidade e nova governabilidade

Da ditadura ao triunfo do neoliberalismo vivemos na Argentina – como parte de um processo ampliável a toda América Latina – a instalação de um tipo novo de governo, cujo funcionamento já não depende da soberania única e preexistente do estado, mas que se desdobra em infinitas instâncias de gestão, a partir de uniões contingentes capazes de intervir ante qualquer hipótese de conflito. A *novidade* reside em uma invenção permanente de dispositivos políticos, jurídicos, de mercado, de assistência e de comunicação, que são cada vez mais articulados para lidar com situações específicas. A esta forma de enraizamento do governo na sociedade, Foucault denominou *governamentalidade*. Trata-se da incorporação de dispositivos monetários, de gestão da opinião pública, da influência midiática e de regulamentação da vida urbana que fazem do neoliberalismo uma forma de controle imanente das vidas, de seu cálculo e de sua disposição mercantil, ao mesmo tempo em que leva em conta o desenvolvimento das liberdades e iniciativas como valor máximo.

No entanto, na América Latina este novo regime de governo possui uma singularidade: foi definitivo em seu triunfo para a instauração de formas de terror contrainsurgente entre os anos 70 e princípios dos 80. A partir de então, o Estado deixa de ser a síntese soberana mais consistente da sociedade para se fundir como um ator entre outros, no interior do funcionamento de dispositivos de governo mais complexos (*governamentalização do Estado*).

Acreditamos que, devido às experiências coletivas surgidas em torno dos movimentos sociais desde princípios dos anos de 1990 até os primeiros anos do novo século, experiências que mais tarde provocariam em muitos países da região um deslocamento dos modos de governar na medida em que obrigaram a interpretação de alguns núcleos críticos manifestados por estas novas insurgências, produziu-se um ponto de inflexão no interior do paradigma da governamentalidade neoliberal.

A esta inflexão chamaremos de *nova governabilidade*. Ela é formada pela irrupção das dinâmicas sociais que questionaram a legitimidade do neoliberalismo puro e duro e a posterior chegada ao poder dos governos “progressistas” no

Cone Sul. Governos que foram determinados, de modos e intensidades variáveis, pela repercussão alcançada pelo *novo protagonismo social* na alteração do regime de governo puramente neoliberal. Aqui nos interessa marcar o sentido da sequência: foi o poder destituente destes movimentos que impugnou e colocou em crise os dispositivos financeiros, de assistência social subordinada, de expropriação ilimitada dos recursos e dos racismos consolidados (da governamentalidade neoliberal) e o que permitiu, de um ou outro modo, a chegada ao poder dos governos “progressistas”. A esta conjugação de dinâmicas se deve a nova governabilidade.

Em meio à crise, foram também os movimentos e as experiências de uma nova radicalidade que puseram em questão a gestão neoliberal do trabalho e do comum (recursos, terras, bens públicos, conhecimento, etc.). Estas dinâmicas deram lugar a uma tentativa de *atravessamento* social, ainda que de modo parcial, do Estado (como aparato, mas, sobretudo como *relação*); um estado que é uma forma-em-crise. As inovações postas em prática, longe de constituir novos modelos políticos a copiar, mostraram-se – ali onde tiveram a oportunidade de se desenvolver – tal como são: vantagens táticas em uma disputa para redefinir a relação entre poder e movimentos.

Ainda que entre nós, o neoliberalismo “duro” possa ser definido como o esforço para canalizar e resumir o social na esfera do mercado (privatização e mercantilização geral da existência, da natureza, também do Estado e das instituições via terceirização), o novo protagonismo social e sua vocação destituente deram conta da violência dessa síntese, devolvendo à esfera pública a densidade política que o tratamento puramente mercantil lhe retirava, determinando a expansão de uma verdadeira *diferença* na cena política.

A nova governabilidade supõe uma maior complexidade na gestão do social, instalada desde o final da ditadura. Porém, sua novidade se encontra no que os movimentos sociais se propõem – com êxito diverso – a *determinar* normas, orientações e dinâmicas de governo (estatais e não estatais), em um espaço que está também em permanente disputa. Deste caráter inovador não se segue uma definitiva e irreversível valoração positiva de sua forma de atuação, mas a constatação de que a plasticidade e ambiguidade desses processos são enormes, pois estão submetidos por sua própria natureza às idas e vindas da luta política.

O que ocorre em torno desta nova governabilidade, os processos concretos que limitam e/ou ampliam cada vez mais a dinâmica democrática, é o que nos interessa analisar a partir daqui, e para isto devemos ter em conta duas dimensões. Por um lado, a “crise dos movimentos sociais”, demonstrada desde muito cedo

pelo coletivo *Mujeres Creando*²², que se traduziu em boa medida como dificuldade para propiciar e aprofundar políticas inovadoras no plano institucional e na própria dinâmica do movimento. Por outro, a nova governabilidade insinuada nesse encontro de dinâmicas heterogêneas, foi baseada no reconhecimento parcial e paradoxal dos enunciados coletivos que surgiram na crise. Isto fez com que essas expressões fossem recodificadas desde as instituições como meras demandas, desativando seu aspecto disruptivo e transformador.

O excedente produzido pelas experiências sociais mais inovadoras da última década não têm encontrado modos duradouros de *expressão pública autônoma*. No entanto, uma modalidade desse *plus* de invenção persiste sob as possíveis premissas de serem tidas em conta por diversas instâncias de governo no presente. Neste sentido pode ser entendido o postulado que tem inibido a repressão política em vários países do continente, ou a hipótese de que não é rentável apelar para o discurso do ajuste e da privatização. Ambos, se bem que possam ser considerados “enunciados negativos” na medida em que traduzem como proibição o que havia emergido como abertura destituente, ao mesmo tempo, mostra o caráter duradouro de seus efeitos quando chegam a ser percebidos como princípios axiomáticos inevitáveis²³.

Desta maneira, as marcas que a crise inscreveu no tecido institucional resultam visíveis ainda hoje, em pleno processo de normalização e enfraquecimento dos próprios movimentos. E esta persistência se dá como um jogo de *reconhecimentos parciais* com efeitos variáveis (reparatórios, confiscatórios, compensatórios) que, no entanto, excluem a perspectiva concreta da *reapropriação social do comum* surgida da agenda dos movimentos a nível regional (como argumenta Raquel Gutiérrez Aguilar).

Repetiremos mais uma vez: a ambiguidade caracteriza este momento. Os enunciados democráticos que sobrevivem às circunstâncias que lhe deram origem

22 “Crise dos movimentos” designa a insistência destes movimentos em interpelar ao governo, debilitando e equiparando sua posição a dos partidos e das ONG; a propensão a se identificar de forma egocêntrica, aceitando os rótulos “separatistas” predefinidos pelas agências estatais e de financiamento internacional (mulheres, indígenas, camponeses, desocupados); e a escassa atenção que é dada às complexidades da vida cotidiana, impedindo-lhes de assumir problemas e empobrecendo sua linguagem. Ver *La Virgen de los Deseos*, Tinta Limón Ediciones, Buenos Aires, 2005, p. 163 a 168.

23 Diversos acontecimentos procuram refutar as conquistas obtidas durante os últimos anos. O golpe de estado em Honduras e suas implicações regionais, assim como o encerramento dos processos de inovação democrática em escala nacional, tensionam ao máximo o caráter duradouro e inevitável de tais premissas.

são submetidos a novas interpretações das forças em disputa, a tal ponto que sua dispersão já não depende dos sujeitos que os conceberam, mas de quem adquirem no presente a capacidade de retomá-los segundo seus próprios fins. O cenário remete, assim, a um jogo de espelhos em que todos nos perguntamos pelo destino de tais premissas, ainda que as posições não cessem de se multiplicar. Não são comparáveis, por exemplo, a tentativa do Partido Único da Revolução Bolivariana da Venezuela com os dilemas que enfrenta Morales ante a ofensiva reacionária da Medialuna; assim como não se assemelham situações tão frágeis como a do Paraguai com os países que, ao estilo do Equador, têm obtido processos constituintes. Tampouco podem ser assimilados entre si o avanço militar e paramilitar na Zona dos Chiapas, a incapacidade do PT em criar uma candidatura que não seja a de Lula, ou o estreitamento dos interlocutores que, tanto dentro como fora do governo, esvaziam a cena política argentina.

O enfraquecimento das tendências mais virtuosas que caracterizaram a nova governabilidade tem determinado o bloqueio de seu espírito inovador, dando lugar assim ao tempo de apreensão no qual estamos imersos: o *impasse*.

Nova governabilidade e bom governo

Com o lema *mandar obedecendo*, os zapatistas tentaram redefinir justamente a relação de poder desde baixo com as instâncias de governo, uma vez que se tem desestimulado a captura do estado como meio privilegiado de mudança social. *Mandar obedecendo* se converteu, dessa forma, no sinônimo de outra fórmula: a do *bom governo*. Foram eles também os primeiros a tratar de experimentar uma dialética com o governo local e nacional quando foram iniciados os Diálogos de San Andrés, local onde ocorreu o levante armado em Chiapas. Com esse fracasso nos ombros, os zapatistas tornaram pública sua desconfiança diante da mais recente onda dos chamados governos “progressistas” ou “de esquerda” na região, relançando, com a Otra Campaña, sua convocatória aos de baixo e à esquerda social e autônoma.

Quais foram as implicações do fato de Evo Morales terminar o seu discurso ao assumir a presidência em janeiro de 2005 dizendo que se dispunha a *mandar obedecendo*? O que indicava o deslocamento deste lema político para a ímpar situação boliviana? Em primeiro lugar, assinalou o peso dos movimentos sociais que, em sua força mobilizadora e desestabilizante, forçaram um “para além” das formas representativas de governo. Contudo, em segundo lugar, ressaltou o paradoxo pelo qual são esses movimentos que têm feito da desobediência sua plataforma de ação política, a base de uma nova governabilidade que, desde

então, encontra-se em formação. O uso do *mandar obedecendo* na Bolívia foi aplicado ao projeto de coexistência entre, por um lado, estes poderosos movimentos sociais que vêm enfrentando há décadas o neoliberalismo e o racismo e, por outro, um conjunto de corporações transnacionais e atores políticos relevantes na luta contra a exploração de recursos chave (naturais-sociais) para a inserção da Bolívia na economia mundial.

Assim, entre a “nova governabilidade” e a ideia de “bom governo” zapatista deslocada nas Juntas de Bom Governo, está em jogo o conteúdo do *mandar obedecendo*. Mais do que duas hipóteses opostas, ambas – quando não se cristalizam como polaridades irreconciliáveis – buscam pensar a questão do governo em relação ao poder constituinte dos de baixo. E mostram como um elemento comunitário, tal como o *mandar obedecendo*, tem se tornado um elemento radicalmente contemporâneo no momento de pensar novas hipóteses políticas.

No entanto, os zapatistas comprovaram que no México essa dialética entre governos e movimentos pode não funcionar e que seu fracasso obriga os movimentos a uma nova fase de silêncio e, às vezes, de reconversão substancial de suas estratégias.

O que ocorre quando certas tendências do *mandar obedecendo* possibilitam uma tentativa de atravessamento do Estado inaugurando uma dinâmica de *nova governabilidade*? Dissemos que os movimentos sociais (e agora nos referimos de maneira mais precisa aos sujeitos concretos, organizados em torno de lutas experimentais bem encarnadas) ficaram sem “expressão pública autônoma”. O plano transversal de produção e elaboração política que emergiu durante a fase mais dura da crise já não existe, ou somente pode ser verificada de maneira fugaz, o que impede construir pragmáticas que desloquem em um sentido emancipador as premissas conquistadas.

No *impasse* constatamos, então, o esgotamento de certa modalidade do antagonismo, seja em sua versão multitudinária e destituente como em sua capacidade para inspirar novas instituições (pós-estatais). Essa queda da tensão antagonista permitiu que fossem relegados um conjunto de dilemas formulados pelas lutas, em torno do trabalho assalariado, da autogestão, da recuperação de fábricas e de recursos naturais, da representação política, das formas de deliberação e decisão, dos modos de vida na cidade, da comunicação, da soberania alimentar, da luta contra a impunidade e da repressão. O que pode ser considerado um indicador da incapacidade relativa dos “movimentos” (ou seja, *nossa*) para lidar com a nova situação de maneira versátil. Versatilidade que não se refere somente (nem fundamentalmente) a uma eventual participação no jogo “político conjun-

tural”, nem à insistência em um enfrentamento sem destino (à medida que carece de suporte), mas, sobretudo à possibilidade de tornar independentes os âmbitos próprios a partir dos quais se possa compreender o processo de maneira autônoma. Para este fim, somente uma maturidade política dos movimentos fornece a capacidade tática para fazer da autonomia uma perspectiva lúcida nos momentos de máxima *ambivalência*, e por em jogo suas múltiplas dimensões. No entanto, o potencial democratizador dos movimentos sociais tem permanecido em suspenso, preso aos cânones do *economicismo* (que fazem do aumento do consumo o único conteúdo a ser levado em consideração)²⁴, ou confinado a uma dimensão estreitamente *institucionalista*, com os quais se tem identificado, muitas vezes, a nova governabilidade.

Porém o *impasse* também é traçado por outro tipo de indefinição, que surge do esgotamento das formas de domínio herdadas e a confirmação de certas invariantes que apontam a dominação como tal. Especialmente a reposição de formas de gestão neoliberal do trabalho sob uma narrativa desenvolvimentista. Que não apenas impedem o aproveitamento do balanço sobre tal questão que tem esclarecido os movimentos, e tampouco problematiza as narrativas que convivem muito bem com as novas dinâmicas de acumulação²⁵, que destroem a ampliação da possibilidade democrática do uso dos bens coletivos.

América Latina: um atravessamento da crise

24 Recomendamos a leitura da apresentação completa “Palabras en el segundo viento” de Oscar Olivera, pronunciada no Primer Encuentro por la Digna Rabia, 5 de janeiro 2009, Chiapas, e publicada por Ukhampacha Bolivia, www.ubnoticias.org. Além de um brilhante balanço dos movimentos dos últimos anos na Bolívia, enfatiza o sentido de suas ações: “Muita gente de maneira generosa e ingênua tem dado sua Vida pela Vida. Temos muitos mortos. Esse pensamento e essa ação é o fio transversal destas nossas rebeliões, que não somente se reduzem como muitos crêem, na disputa pela gestão do aparato estatal, dos brancos pelos índios; pela gestão de uma empresa ou um bem comum como os hidrocarbonetos; uma luta por exercitar a soberania e/ou ‘nacionalizar’, para ‘nos desenvolvermos’. Não, não é somente isso. As lutas são para a VIDA e pela vida, contra a morte, porque não nos interessa ser como os outros países ‘desenvolvidos’. Nossa luta não é para alcançar os altos índices de consumo que, a nossa custa, tem os que habitam os países do eixo Norte-Norte; nossas lutas são para que a humanidade sobreviva, para que nossos filhos e filhas, nossos netos e netas não sejam somente prolongamentos de nossos corpos, mas antes de tudo sejam o prolongamento de nossos sonhos e esperanças... e nesses espaços, assumir a decisão inquebrantável de não viver como escravos é o que nos impulsiona, nos compromete, no cotidiano de nossas vidas”.

25 Ver a respeito: *Minería transnacional, narrativas desarrollistas y resistencias sociales*, M. Svampa y M. Antonelli (comps.), Biblos, Buenos Aires, 2009.

Assim, a conjuntura da América Latina oferece dois aportes para reinterpretar criticamente a crise que afeta a cena global. Por um lado, o caudal de imagens que anteciparam o infortúnio do neoliberalismo, agora generalizado (especialmente na Venezuela e Bolívia, no Equador e na Argentina); por outro: a exposição de uma constituição de uma subjetividade política desde abaixo habilita a possibilidade de um “atravessamento democrático” da crise.

Esta interessante duplicidade, no entanto, tem sido traduzida de maneira *neodesenvolvimentista* por muitos governos do continente, que embora assumam o cenário da crise, extraem dele argumentos que incitam a reposição de um imaginário estatal-nacional, saudosos das formas *salariais*²⁶.

A ausência de matizes dos discursos que configuram o oficialismo argentino atual se deve a sua insistência em opor abstratamente sequências que, na verdade, não resultam antagônicas: “liberalismo *ou* desenvolvimento nacional”, “mercado *ou* estado”, “economia *ou* política”. Tal maneira de expressar os conflitos, ainda que possibilite a legitimidade imediata e distribua os papéis na cena, acarreta o risco de repor a vigência do neoliberalismo “político”, já que elide toda reflexão crítica sobre os modos em que se articulam instituição e competência, o privado e o público, democracia e consumo. A renúncia em construir um diagnóstico singular e a incapacidade de gerar leituras originais sobre a natureza da crise contemporânea tem como correlato políticas que não conseguem dar conta do desafio atual.

Dessa forma, o *impasse* se superpõe à crise mundial do capitalismo: ainda que o capital busque redefinir novas formas para sua reprodução, a dimensão global do debate parece concentrada em avaliar as implicações de uma política de intervenção estatal renovada. A reedição deste velho binarismo supõe segundo Michael Hardt, a ausência de racionalidades que consigam expressar a potência surgida dos sucessivos e recentes ciclos de luta.

■.....**Coletivo Situaciones** é um grupo de pesquisa militante e intervenção política argentino. Sua proposta é fazer uma leitura interna das lutas sociais, não uma descrição objetiva mas uma fenomenologia (uma genealogia). Dentre suas principais publicações destacam-se *Cuadernos de Situaciones* e o livro coletivo “*Contrapoder: uma introdução*”, que traz artigos originais de Antonio Negri, Miguel Benasayag e John Holloway.

26 Com efeito, a crítica explícita ou implícita ao mando salarial sobre a reprodução social nos parece uma das características mais ricas da revolta.